

Mobilidade Urbana no Contexto das Cidades Sustentáveis: A Importância do Planejamento

Urban Mobility in the Context of Sustainable Cities: The importance of Planning

Movilidad urbana en el contexto de ciudades sostenibles: la importancia de la planificación

Gabriellin Buose

Mestranda, Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Brasil
gabriellin-buose@hotmail.com

RESUMO

A rápida urbanização observada nas últimas décadas impôs uma série de desafios à sustentabilidade urbana. O aumento da poluição e as conseqüentes ameaças ao clima representam incentivos significativos para a promoção da sustentabilidade nas cidades. A construção de cidades sustentáveis requer um planejamento urbano eficiente e o comprometimento dos governantes locais nas esferas públicas pertinentes. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a importância do planejamento urbano e da mobilidade no desenvolvimento de cidades sustentáveis. Destaca-se, igualmente, a relevância da política de infraestrutura e mobilidade urbana, que orienta o crescimento e desenvolvimento das cidades. É evidente que uma abordagem bem-sucedida do planejamento urbano resulta em efeitos positivos na promoção de um ambiente urbano mais qualificado e sustentável. Para alcançar este objetivo, o estudo envolverá uma revisão abrangente da literatura existente, incluindo obras e artigos relacionados ao tema. Além disso, serão analisados estudos de caso concretos, assim como legislação, jurisprudência e relatórios técnicos pertinentes. Este processo permitirá uma compreensão mais aprofundada da importância da mobilidade urbana no contexto da construção de cidades sustentáveis. Dessa forma, este estudo visa contribuir para o avanço do conhecimento sobre a inter-relação entre planejamento urbano, mobilidade e sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade urbana acessível. Políticas públicas. Cidades sustentáveis.

SUMMARY

The rapid urbanization observed in recent decades has imposed a series of challenges to urban sustainability. Increasing pollution and the resulting threats to the climate represent significant incentives for promoting sustainability in cities. The construction of sustainable cities requires efficient urban planning and the commitment of local governments in the relevant public spheres. In this context, this study aims to analyze the importance of urban planning and mobility in the development of sustainable cities. The relevance of infrastructure and urban mobility policy, which guides the growth and development of cities, is also highlighted. It is clear that a successful approach to urban planning results in positive effects in promoting a more qualified and sustainable urban environment. To achieve this objective, the study will involve a comprehensive review of existing literature, including works and articles related to the topic. In addition, concrete case studies will be analyzed, as well as relevant legislation, jurisprudence and technical reports. This process will allow for a deeper understanding of the importance of urban mobility in the context of building sustainable cities. Therefore, this study aims to contribute to the advancement of knowledge about the interrelationship between urban planning, mobility and sustainability.

KEYWORDS: Accessible urban mobility. Public policy. Sustainable cities.

RESUMEN

La rápida urbanización observada en las últimas décadas ha impuesto una serie de desafíos a la sostenibilidad urbana. El aumento de la contaminación y las consiguientes amenazas al clima representan importantes incentivos para promover la sostenibilidad en las ciudades. La construcción de ciudades sostenibles requiere de una planificación urbana eficiente y del compromiso de los gobiernos locales en los ámbitos públicos relevantes. En este contexto, este estudio pretende analizar la importancia de la planificación urbana y la movilidad en el desarrollo de ciudades sostenibles. También se destaca la relevancia de la política de infraestructura y movilidad urbana, que orienta el crecimiento y desarrollo de las ciudades. Está claro que un enfoque exitoso de la planificación urbana tiene efectos positivos en la promoción de un entorno urbano más calificado y sostenible. Para lograr este objetivo, el estudio implicará una revisión exhaustiva de la literatura existente, incluyendo trabajos y artículos relacionados con el tema. Además, se analizarán casos de estudio concretos, así como legislación, jurisprudencia e informes técnicos relevantes. Este proceso permitirá una comprensión más profunda de la importancia de la movilidad urbana en el contexto de la construcción de ciudades sostenibles. Por tanto, este estudio pretende contribuir al avance del conocimiento sobre la interrelación entre planificación urbana, movilidad y sostenibilidad.

PALABRAS CLAVE: Movilidad urbana accesible. Políticas públicas. Ciudades sostenibles.

1 INTRODUÇÃO

O processo crescente de migração do campo para a cidade ocorrido no século XX teve como consequência a modificação na trajetória urbanísticas das cidades e intensa transformação na mobilidade urbana. O modelo urbanístico baseado no transporte motorizado individualizado ganhou força e influenciou na elaboração de cidades voltadas para automóveis, de forma a alterar drasticamente a relação cidade e pedestre. Essa mudança desencadeou um cenário conturbado na mobilidade urbana resultando em cidades saturadas de automóveis, cheias de barreiras físicas com pouca conectividade entre modais de transportes e vazias de pedestres, principalmente aqueles que já se encontram acima dos 60 anos.

A urbanização acelerada é uma realidade global, impulsionada pelo êxodo rural e pelo crescimento populacional nas áreas urbanas. No Brasil, essa tendência se destaca de forma notável, com grandes contingentes migrando para as cidades em busca de oportunidades econômicas e melhores condições de vida. No entanto, esse processo traz consigo uma série de desafios complexos, especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana.

A mobilidade urbana é uma questão crucial para o funcionamento eficiente e sustentável das cidades. Ela não se resume apenas ao deslocamento físico das pessoas de um lugar para outro, mas também está intrinsecamente ligada ao acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, trabalho e lazer. Uma mobilidade urbana eficiente é fundamental para garantir a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos habitantes urbanos.

No entanto, o paradigma atual de mobilidade urbana enfrenta diversos desafios, como congestionamentos de tráfego, poluição do ar, acidentes de trânsito e exclusão social. Além disso, é importante destacar que certos grupos populacionais, como a pessoa idosa, enfrentam barreiras adicionais no acesso aos sistemas de transporte e infraestrutura urbana.

Neste contexto, a promoção dos direitos humanos, com um foco especial na pessoa idosa, torna-se uma questão premente. A acessibilidade universal e a inclusão social são princípios fundamentais para garantir que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades e possam desfrutar plenamente dos benefícios oferecidos pela vida urbana. Portanto, a mobilidade urbana acessível e sustentável não é apenas uma questão de conveniência, mas também uma questão de justiça social e direitos humanos.

A acessibilidade universal e a inclusão social são princípios fundamentais para garantir que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades e possam desfrutar plenamente dos benefícios oferecidos pela vida urbana. Portanto, a mobilidade urbana acessível e sustentável não é apenas uma questão de conveniência, mas também uma questão de justiça social e direitos humanos. Assim, o objetivo deste trabalho concentra-se em analisar a importância do planejamento urbano e da mobilidade no desenvolvimento de cidades sustentáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: A CIDADE SUSTENTÁVEL

A cidade é um complexo tecido de atividades humanas e seus impactos no meio ambiente (ROGERS e GUMUCHDJIAN, 2013). O planejamento de uma cidade sustentável requer uma compreensão abrangente das interações entre seus habitantes, serviços, políticas de transporte e produção de energia, considerando seu efeito global no meio ambiente local e em uma escala mais ampla. Portanto, para alcançar um desenvolvimento urbano sustentável, é fundamental que todos esses elementos estejam integrados de forma harmônica.

O crescimento urbano tem sido rápido e deve continuar acelerado nos próximos anos. Atualmente, cerca de 54% da população mundial reside em áreas urbanas, e estima-se que esse número aumente para 66% até a metade do Século XXI (UNITED NATIONS, 2014). Diante desse contexto, o interesse pelo planejamento de cidades mais sustentáveis tem crescido cada vez mais.

O conceito de sustentabilidade aplicado às cidades abrange uma ampla gama de aspectos. Segundo Bulkeley e Betsill (2005), embora seja universalmente reconhecido que a construção de cidades sustentáveis é um objetivo político desejável, a definição prática dessa ideia permanece imprecisa. Williams (2010) destaca a atratividade instantânea do conceito, mas também sua complexidade e natureza intangível. Ela argumenta que parte dessa complexidade em definir o termo decorre de sua natureza interdisciplinar.

Guy e Marvin (1999) observam que a diversidade de perspectivas sobre a sustentabilidade urbana é fundamental para impulsionar tanto a pesquisa quanto a prática nesse campo. Williams (2010) acrescenta que as diferenças culturais e geográficas desempenham um papel importante, resultando em abordagens diversas para alcançar a sustentabilidade urbana em diferentes partes do mundo.

Os principais desafios enfrentados na busca pelo desenvolvimento sustentável em grandes cidades podem ser divididos em quatro categorias: ambiental, econômica, social e de infraestrutura. Do ponto de vista ambiental, destaca-se a capacidade das cidades prósperas de operar de forma eficiente e produtiva sem prejudicar o meio ambiente. Segundo a UN-Habitat (2013), isso só é possível quando os objetivos ambientais e sociais são integrados aos objetivos econômicos de uma cidade para promover um ambiente sustentável. Isso implica que não deve haver um conflito entre a sustentabilidade ambiental e o crescimento econômico.

Os desafios enfrentados pelas cidades na busca pela sustentabilidade são diversos e complexos. O aumento da poluição, as altas emissões de carbono e as ameaças decorrentes das mudanças climáticas são incentivos significativos para a promoção da sustentabilidade urbana em todo o mundo (GEHL, 2013). Isso resulta em uma série de desafios presentes nas agendas de desenvolvimento das cidades sustentáveis, como a busca por fontes de energia mais limpas, a gestão eficiente dos resíduos sólidos, a melhoria da mobilidade urbana com a oferta de transporte público eficiente e acessível, a ampliação de áreas verdes, e o cuidado com a saúde e o bem-estar da população, entre outros aspectos.

Segundo Rogers e Gumuchdjian (2013), uma cidade sustentável é aquela capaz de proporcionar qualidade de vida para seus habitantes atuais e futuras gerações, por meio de soluções que integram aspectos ambientais e sociais. Essa definição destaca a importância de um planejamento urbano que leve em consideração não apenas a preservação do meio ambiente, mas também a promoção da equidade social e o bem-estar humano. De acordo com Leite e Awad (2012, p. 8):

O desenvolvimento sustentável é o maior desafio do século XXI. A pauta da cidade é, no planeta urbano, da maior importância para todos os países, pois: (a) dois terços do consumo mundial de energia vêm das cidades, (b) 75% dos resíduos são gerados nas cidades e (c) vive-se num processo dramático de esgotamento dos recursos hídricos e de consumo exagerado de água potável. A agenda Cidades Sustentáveis é, assim, desafio e oportunidade única de desenvolvimento das nações.

A promulgação do Estatuto da Cidade representa um marco significativo para as cidades brasileiras e para o sistema jurídico do país. Pela primeira vez, as áreas urbanas recebem uma legislação específica que visa corrigir as profundas distorções do processo de urbanização em nosso país. Além disso, o Estatuto da Cidade marca uma ruptura com a tradição de regulação do direito de propriedade baseada nos princípios do liberalismo jurídico clássico. O impacto dessa mudança ainda está por ser totalmente compreendido, e suas consequências certamente serão surpreendentes até mesmo para os especialistas em direito.

A evolução das cidades, conforme conhecidas hoje, é influenciada por uma variedade de fatores importantes, incluindo aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos. De fato, não podemos compreender plenamente os desafios enfrentados pelo ambiente urbano brasileiro sem considerar o papel desempenhado pelo Direito nesse cenário.

Nesse contexto surgem as consequências do processo de produção irregular das cidades e uma delas é a degradação ambiental dos espaços urbanos e as desigualdades sociais. A falta de acesso adequado à habitação nas cidades leva a população carente a recorrer ao mercado imobiliário ilegal, que geralmente se estabelece em áreas ambientalmente vulneráveis. Estas áreas, muitas vezes excluídas do mercado imobiliário regular devido a restrições legais, são ocupadas de forma irregular, incluindo lotes em áreas de preservação ambiental, como encostas, topos de morro, matas nativas, margens de mananciais e cursos d'água.

Uma cidade caracterizada pela disparidade social e pela exclusão espacial não consegue alcançar um desenvolvimento sustentável. Nelson Saule Júnior (1997, p. 65 e 69) aborda essa questão de forma apropriada:

(...) o direito ao desenvolvimento e o direito a um meio ambiente sadio têm como vínculo o desenvolvimento sustentável (...). O princípio do desenvolvimento sustentável fundamenta o atendimento das necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a habilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.(...) a política de desenvolvimento urbano deve ser destinada para promover o desenvolvimento sustentável, de modo a atender as necessidades essenciais das gerações presentes e futuras. O atendimento dessas necessidades significa compreender o desenvolvimento urbano como uma política pública que torne efetivo os direitos humanos, de modo a garantir à pessoa humana uma qualidade de vida digna.

Além dos desafios específicos relacionados à mobilidade urbana, as cidades sustentáveis enfrentam uma série de outras questões interconectadas que precisam ser abordadas de forma integrada. A sustentabilidade urbana envolve a criação de ambientes urbanos que sejam socialmente justos, economicamente viáveis e ecologicamente saudáveis, visando garantir uma qualidade de vida elevada para os residentes atuais e futuros, sem comprometer os recursos ecológicos e as necessidades das gerações futuras.

Outro aspecto fundamental é a gestão eficiente dos recursos naturais, incluindo o uso responsável da água, energia e terra. Isso implica em promover práticas de conservação, eficiência energética e uso racional dos recursos, visando reduzir o desperdício e minimizar os impactos ambientais negativos.

Nesse contexto, a construção de cidades sustentáveis é influenciada pelo planejamento urbano e pelos esforços dos líderes locais nos setores públicos pertinentes. Os aspectos políticos desempenham um papel crucial nesse processo. De acordo com Prado-

Lorenzo, García-Sánchez e Cuadrado-Ballesteros (2012), o sistema político exerce um impacto significativo no desenvolvimento urbano sustentável.

Segundo Bichueti et al (2017, p. 2), descreve a sustentabilidade urbana como sendo elemento central para as mudanças urbanas:

A sustentabilidade urbana é central para as mudanças qualitativas necessárias para transformar cidades e vidas urbanas, principalmente a vida dos ambientes urbanos mais pobres. Isso ocorre porque as cidades sustentáveis são vibrantes e mais propensas a atrair as habilidades e fomentar o empreendedorismo, essenciais para o crescimento e a prosperidade e tão necessários para a resolução de problemas e desafios urbanos. No entanto, isso exige novos arranjos - institucionais, tecnológicos, mecanismos financeiros, inovativos e processos de planejamento urbanos flexíveis. Acima de tudo, dependerá de compromissos tácitos e vontade política para formular e implementar estratégias e políticas adequadas para conduzir a sustentabilidade ambiental e, com isso, atingir a prosperidade nas cidades.

Em suma, as cidades sustentáveis representam não apenas um ideal a ser alcançado, mas uma necessidade diante dos desafios globais que enfrentamos. Ao promover a integração entre desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, essas cidades oferecem um caminho viável para um futuro mais próspero e equilibrado. No entanto, alcançar esse feito requer um compromisso coletivo e contínuo de governos, comunidades e setores privados.

3 POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

A Lei 12.587/12, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, entrou em vigor em três de janeiro de 2012, com o objetivo de estabelecer aos municípios a responsabilidade de planejar e executar políticas de mobilidade. Esta legislação, popularmente chamada de Política Nacional de Mobilidade Urbana, visa definir diretrizes e estratégias para melhorar as condições de mobilidade nas cidades. De acordo com o Ministério das Cidades, a lei busca proporcionar um ambiente urbano mais acessível, eficiente e sustentável, garantindo o direito de todos os cidadãos à mobilidade segura e de qualidade.

O inciso I do artigo 18 da Lei nº 12.587/12, por exemplo, atribui aos municípios à responsabilidade de planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana. Já o inciso III do artigo 16, desta mesma Lei, atribui à União a responsabilidade de organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana e a qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo (CIDADES, 2017).

Conforme o Institute for Transportation and Development Policy, as cidades com mais de 20 mil habitantes devem elaborar seu plano de mobilidade. Se as cidades não desenvolverem esse plano, podem ter seus repasses federais cortados. Assim, o Ministério das Cidades destaca a importância da participação da população para uma compreensão mais aprofundada do conceito de mobilidade no desenvolvimento urbano da cidade.

Art. 7o A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: I - reduzir as desigualdades e promover a inclusão social; II - promover o acesso aos

serviços básicos e equipamentos sociais; III - proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;

IV - promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades; V - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana (BRASIL, 2016).

Um dos principais desafios no Brasil é a alta dependência do transporte individual motorizado, o que contribui para congestionamentos, poluição do ar, emissões de gases de efeito estufa e segregação socioespacial. Para abordar esse problema, políticas de mobilidade urbana devem priorizar investimentos em transporte público de qualidade, incluindo a expansão e modernização de sistemas de ônibus, metrô e trens urbanos. Isso é crucial para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a opções de transporte acessíveis, confiáveis e eficientes.

Além disso, a promoção do transporte não motorizado, como caminhadas e ciclismo, é essencial. Isso requer investimentos em infraestrutura ciclo viária segura e conectada, bem como a implementação de políticas de incentivo, como programas de compartilhamento de bicicletas e ciclovias protegidas.

No contexto brasileiro, onde muitas cidades enfrentam desafios de segregação socioespacial e acesso desigual ao transporte, políticas de mobilidade urbana devem ser formuladas de forma a garantir a equidade no acesso ao transporte público e não motorizado. Isso pode incluir a expansão de linhas de ônibus para áreas periféricas, tarifas subsidiadas para grupos de baixa renda e políticas de redistribuição de recursos para priorizar investimentos em bairros historicamente negligenciados.

Nesse contexto, é fundamental promover o planejamento urbano integrado, que considere a relação entre o uso do solo e o transporte. Isso envolve a adoção de instrumentos como o zoneamento inteligente, que incentiva o desenvolvimento de áreas densas e diversificadas ao redor de estações de transporte público, reduzindo a necessidade de deslocamentos motorizados de longa distância.

No entanto, apesar dos desafios, o Brasil também possui oportunidades significativas para promover a sustentabilidade na mobilidade urbana. Com uma crescente conscientização sobre os impactos ambientais e sociais do transporte, bem como um movimento crescente em direção à inovação e tecnologias limpas, o país está bem posicionado para implementar políticas de mobilidade urbana inovadoras e transformadoras. Isso não apenas melhoraria a qualidade de vida nas cidades brasileiras, mas também contribuiria para metas nacionais e globais de desenvolvimento sustentável.

3.1 Mobilidade Sustentável

A mobilidade sustentável refere-se à maneira como as pessoas se deslocam de forma sustentável, buscando reduzir o uso de transportes privados, promover o uso de bicicletas, incentivar a prática de caminhadas e priorizar o transporte público coletivo. Seu objetivo é contribuir para a redução do consumo de fontes de energia não renováveis, bem como para a diminuição da poluição ambiental, visando, assim, a melhoria da qualidade de vida.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável tem incentivado o estudo e a implantação, em diferentes setores, de medidas e procedimentos que contribuam para a sustentabilidade em áreas urbanas. Em relação aos transportes esta questão

pode ser vista através de uma busca pela mobilidade urbana sustentável. Esta busca deve ter como base o conceito de desenvolvimento sustentável em que se procura de uma forma geral, definir estratégias dentro de uma visão conjunta das questões: sociais, econômicas e ambientais (CAMPOS, 2006, p. 1).

A mobilidade urbana emerge como um dos principais desafios enfrentados pelas cidades não apenas no contexto brasileiro, mas globalmente. A prevalência do uso do automóvel como solução para os problemas de circulação do século XX resultou em congestionamentos massivos, desperdício de tempo e combustível, além de sérios problemas ambientais, como a poluição atmosférica e a ocupação excessiva do solo. Nesse sentido, a mobilidade eficiente e sustentável torna-se imperativa para garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a viabilidade econômica das áreas urbanas.

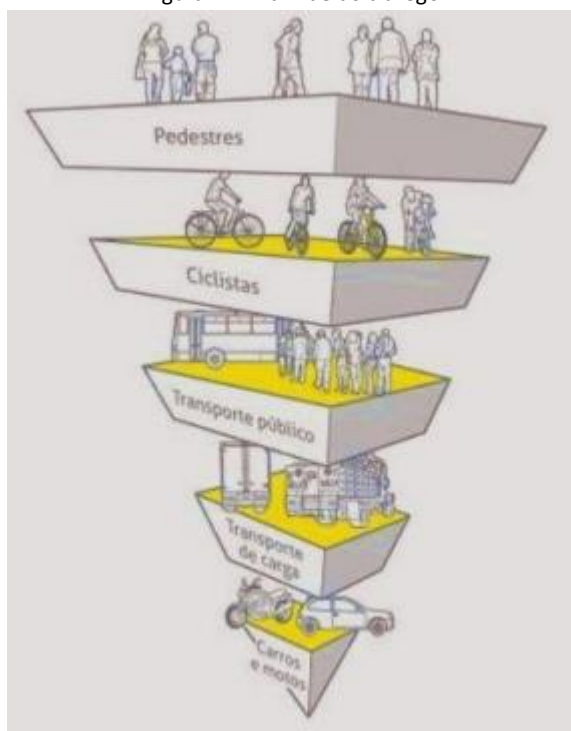
Ao abordar a mobilidade urbana sustentável, é crucial considerar a necessidade de implementar sistemas de transporte alternativos, tais como trens e bondes modernos, ônibus de baixa emissão, ciclovias e ciclo faixas, bem como espaços adequados para a mobilidade a pé. A busca por esses sistemas alternativos é essencial para promover um ambiente urbano funcional e sustentável.

É importante destacar que muitas cidades enfrentam uma dependência excessiva do transporte individual motorizado, devido à ineficiência do transporte público e à falta de infraestrutura e incentivos para outras formas de locomoção, como caminhar ou andar de bicicleta. Essa realidade gera uma série de desafios para a mobilidade urbana, afetando negativamente a qualidade de vida dos habitantes.

Nesse contexto, a promoção da mobilidade sustentável torna-se uma prioridade, visando garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso equitativo a serviços e oportunidades urbanas. A mobilidade sustentável visa reduzir a dependência dos transportes privados, promover o uso de modos de transporte mais sustentáveis, como bicicletas e transporte público, e contribuir para a mitigação das fontes de energia não renováveis e da poluição ambiental, com o objetivo final de melhorar a qualidade de vida nas cidades.

A abordagem da pirâmide inversa do tráfego, apresentada na Figura 1, destaca a importância de priorizar os modos de transporte mais sustentáveis e de baixa emissão de carbono. Essa abordagem propõe uma hierarquia na circulação dos modais, com atividades individuais como caminhar e correr ocupando o primeiro patamar, seguidas pelo ciclismo e uso de bicicletas, transporte público, veículos de carga de tração humana e, por último, os veículos particulares. Essa perspectiva reforça a necessidade de promover uma mudança de paradigma na mobilidade urbana, priorizando modos de transporte mais sustentáveis e eficientes em detrimento do uso excessivo de veículos individuais movidos a combustíveis fósseis.

Figura 1 – Pirâmide do tráfego.



Fonte: BRASIL, 2013.

Ao analisar a imagem, observa-se que o modelo de mobilidade proposto representa uma inversão do que é comumente encontrado nas cidades, onde os modais prioritários estabelecidos pelo Programa Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) frequentemente ocupam a posição menos favorecida.

Campos (2006) identifica uma série de estratégias consideradas cruciais para promover a mobilidade sustentável. Entre elas, destacam-se medidas como restrições ao uso do automóvel, garantia de segurança para pedestres e ciclistas, melhoria da acessibilidade e do acesso aos meios de transporte público, bem como a implementação de medidas que assegurem a segurança dos usuários desses modais. Tais estratégias visam desencorajar o uso do transporte individual motorizado em prol de meios de transporte mais sustentáveis.

Essas abordagens, embasadas em princípios de planejamento urbano e sustentabilidade, são fundamentais para enfrentar os desafios relacionados à mobilidade urbana, contribuindo para a promoção de cidades mais acessíveis, seguras e ambientalmente conscientes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da importância do planejamento urbano e da mobilidade na construção de cidades sustentáveis revelou a complexidade e a interdependência desses aspectos no desenvolvimento urbano. A rápida urbanização e os desafios ambientais enfrentados atualmente exigem abordagens integradas e estratégias abrangentes para promover um crescimento urbano sustentável.

Ao longo deste estudo, ficou evidente que o planejamento urbano eficiente desempenha um papel crucial na criação de cidades sustentáveis, proporcionando diretrizes para o

desenvolvimento urbano equilibrado, o uso eficiente do solo e a preservação ambiental. A integração da mobilidade urbana nesse planejamento é essencial para garantir o acesso equitativo aos serviços urbanos, reduzir a dependência do transporte individual motorizado e promover modos de transporte mais sustentáveis.

A política de infraestrutura e mobilidade urbana desempenha um papel fundamental na promoção de cidades mais acessíveis, eficientes e ambientalmente conscientes. Investimentos em transporte público de qualidade, infraestrutura ciclo viária, calçadas acessíveis e planejamento urbano orientado ao transporte público são essenciais para enfrentar os desafios da mobilidade urbana e contribuir para a construção de cidades sustentáveis.

Portanto, conclui-se que o planejamento urbano integrado e a promoção da mobilidade sustentável são aspectos indissociáveis na busca por cidades mais sustentáveis. O engajamento dos governantes, da sociedade civil e dos setores público e privado é fundamental para impulsionar mudanças significativas e alcançar um desenvolvimento urbano que atenda às necessidades das gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

BULKELEY, H.; BETSILL, M. **Rethinking sustainable cities: multi-level governance and the urban politics of climate change**. Environmental politics, v.14, n.1, pp. 42-63. 2005.

CAMPOS, V. B. G. 2006. **Uma visão da mobilidade urbana sustentável**. Rio de Janeiro. Disponível em: . Acessado em: 12 de mar de 2019.

CIDADES, Ministério das. **Sistema de Informações em Mobilidade Urbana –SIMU**. 2017. Disponível em . Acesso em 01 de mai. 2019.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUY, S.; MARVIN, S. **Understanding sustainable cities: competing urban futures**. European urban and regional studies. V.6, n.3, pp. 268-275. 1999.

PRADO-LORENZO, J. M.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M.; CUADRADO-BALLESTEROS, B. **Sustainable cities: do political factors determine the quality of life?** Journal of Cleaner Production. V. 21, PP. 34-44. 2012.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta**. 1 ed. 6ª reimpressão. São Paulo: G. Gili, 2013.

SAULE Júnior, Nelson - **Novas perspectivas do Direito Urbanístico brasileiro. Ordenamento constitucional da Política Urbana**. Aplicação e eficácia do Plano Diretor, Sergio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 1997, pgs. 65 e 69.

UN-HABITAT. State of the World's Cities, 2012/2013. Nairobi: UN-HABITAT e Routledge: Kenya, 2013. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3387>. Acesso em: 12 jan 2022.

UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects: revision 2014**. United Nations, New York, 2014. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>. Acesso em: 20 dez 2020

WILLIAMS, K. **Sustainable cities: research and practice challenges**. International Journal of Urban Sustainable Development, v. 1, n. 1-2, pp. 128-132. 2010.

XIX ENGEMA, 2017, São Paulo. **Cidades Sustentáveis no Contexto Brasileiro: A Importância do Planejamento para o Desenvolvimento Urbano Sustentável** [...]. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/113.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020.